



## **ROMPENDO COM A TEORIA CLÁSSICA DA DEMOCRACIA: A VISÃO DEMOCRÁTICA EM SCHUMPETER**

**CORRÊA, Gilson César Pianta**<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais (UFPel) – [gcpianta@yahoo.com.br](mailto:gcpianta@yahoo.com.br)

**LIMA, Priscila Gualberto de**<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Graduada em Administração (UERGS) – [priscilagualberto@yahoo.com.br](mailto:priscilagualberto@yahoo.com.br)

### **1. INTRODUÇÃO**

O cenário do pensamento democrático no século XX foi influenciado de forma profunda pelas idéias de Joseph Schumpeter, em especial, as contidas em sua obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942). Para Avritzer (2008), Schumpeter pode ser considerado, inclusive, o autor de transição entre o cenário da teoria democrática europeia e norte-americana.

A partir da desconstrução da teoria clássica da democracia, até então aceita sem grandes restrições pelos teóricos que se ocupavam das discussões acerca da representação política do povo, Schumpeter apresenta uma nova abordagem que desmistifica certos conceitos intangíveis e pouco quantificáveis como “vontade geral do povo”, aclarando a impossibilidade lógica do exercício racional desta vontade, bem como, revelando que a soberania popular não consiste na efetivação de seus anseios através de uma representação efetiva ou fidedigna, mas pela possibilidade de participação do povo em eleições e a conseqüente escolha entre as diversas propostas disponíveis.

### **2. MATERIAL E MÉTODOS**

A perspectiva metodológica utilizada no presente trabalho, dada sua proposta eminentemente teórica, é a revisão bibliográfica, definida por Köche (1997) como sendo a que se desenvolve tentando explicar um determinado problema utilizando-se dos conhecimentos disponíveis a partir das teorias publicadas em livros e outras obras semelhantes, sendo que seu principal objetivo é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema.

Neste sentido, a principal obra utilizada neste estudo foi *Capitalismo, socialismo e democracia*, do economista e teórico político Joseph Schumpeter, com a qual se pretendeu dar uma pequena contribuição acerca da interpretação do pensamento deste autor, bem como da importância de sua visão para o entendimento da democracia moderna.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Schumpeter principia suas discussões acerca da democracia por meio da análise crítica do que denomina “doutrina clássica”, conceituando-a como sendo “o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realizam o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo” (SCHUMPETER, 1984, p. 313).

Esta concepção da doutrina clássica possui, de acordo com Schumpeter, diversos problemas, visto que não existe algo que seja um “bem comum” determinado de forma única e sobre o qual todas as pessoas concordem, ou mesmo, que sejam levadas a concordar através de argumentos racionais. Na realidade, ele deixa evidente que, embora todos desejem o bem comum, o significado deste “bem comum” é diverso de indivíduo para indivíduo e, ainda que possa haver um bem comum aceitável para todos, isso não implicaria respostas igualmente definidas para questões isoladas. Em outras palavras, mesmo que todos concordem com um tipo de bem comum, discordarão dos detalhes de como esse bem comum unânime será atingido.

Dessa forma, refutando o conceito particular e utilitarista de “vontade do povo”, Schumpeter não concorda com a racionalidade de escolhas do povo, quer dizer, é impossível chegar-se a uma “vontade geral do povo”, como a proposta pela doutrina clássica, haja vista a fragmentação das vontades e preocupações individuais.

Entretanto, quando nos movemos para ainda mais longe das preocupações privadas da família e do escritório, para aquelas regiões dos negócios nacionais e internacionais que não têm qualquer vínculo direto e inequívoco com as preocupações individuais, o desejo individual, o comando dos fatos e o método da interferência logo deixam de preencher as exigências da doutrina clássica (SCHUMPETER, 1984, p. 326).

Para Schumpeter (1984), apesar destes problemas, a democracia clássica sobrevive, apoiada primeiramente em fatores religiosos – em detrimento de fatores empíricos –; em segundo<sup>1</sup> lugar, pela associação de formas e fraseologias da democracia clássica com eventos históricos apoiados por grandes majorias e; finalmente<sup>2</sup>, em função de os padrões sociais da doutrina clássica da democracia poderem ser associados às pequenas ou primitivas sociedades, onde significativas e complexas questões podem não se fazer presentes.

Após estas críticas acerca da doutrina clássica, o autor busca empreender a construção do que ele chama de “uma outra teoria da democracia”.

González (2008) esclarece que, neste novo conceito democrático proposto por Schumpeter, o que caracteriza a democracia não é o seu conteúdo, ou seja, o tipo de ação que os governantes exercem e se esta ação está ou não em consonância com a vontade popular. Neste âmbito, a soberania popular é

---

<sup>1</sup> Os Estados Unidos, para Schumpeter (1984), são um exemplo bastante claro da simbiose que pode ocorrer entre a democracia clássica e eventos históricos, em especial, a Revolução Americana.

<sup>2</sup> Schumpeter (1984) utiliza a Suíça como exemplo, pois, segundo ele, há bem pouco sobre o quê brigar e discutir em um mundo de camponeses onde, com exceção de bancos e hotéis, não há qualquer indústria capitalista e os problemas de política pública são tão simples e estáveis que a maioria os compreende e chega facilmente a um acordo sobre eles.

representada pela participação nas eleições, as quais permitem que o povo escolha entre os diferentes postulantes que estão dispostos a governar em nome deste.

Na realidade, o que Schumpeter (1984) propõe como ponto fundamental de sua teoria democrática é que se invertam os papéis dados à eleição dos representantes – papel secundário –, e as decisões acerca das questões políticas – papel primário –, por parte da doutrina clássica da democracia. Nesse sentido, é conveniente observar as palavras do autor a respeito disso:

[...] nossos principais problemas acerca da teoria clássica centravam-se na proposição de que 'o povo' tinha uma opinião definida e racional sobre todas as questões individuais e que ele objetivava essa opinião – numa democracia – escolhendo 'representantes' que zelariam para que essa opinião fosse seguida. Assim, a seleção dos representantes torna-se secundária em relação ao propósito básico do arranjo democrático, que é investir o eleitorado do poder de decidir questões políticas. Vamos supor que se revertam os papéis desses dois elementos e que a decisão a respeito dos temas, tomada pelo eleitorado, seja considerada secundária em relação à eleição das pessoas que deverão tomar a decisão. Em outras palavras: assumimos agora a visão de que o papel do povo é produzir um governo, ou melhor, um corpo intermediário que, por sua vez, produzirá um governo ou um executivo nacionais. E definimos: o método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população (SCHUMPETER, 1984, p. 337).

Essa nova abordagem, segundo González (2008), reconcilia a perspectiva elitista com a democracia, pois deixa evidente que a democracia não é impossível por existirem as elites, já que ela consiste no próprio processo de selecionar as elites governantes. Além disso, esta perspectiva também apresenta os aspectos empíricos dos quais a doutrina clássica se ressentia, uma vez que permite a observação de características antes subestimadas, como a importância do papel das lideranças na democracia.

#### 4. CONCLUSÕES

Como se pode observar, a contribuição schumpeteriana se revela de grande importância para o estudo da democracia dentro da Ciência Política no século XX, principalmente, por um lado, dada à sua proposição de inverter o valor conferido ao grau de melhor representação da vontade geral popular – uma ficção teórica para o autor –, pelo próprio processo de produzir as elites políticas pelo sistema eleitoral e, por outro, pela reavaliação do papel das elites na política e as possibilidades empíricas que surgem desta abordagem.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática e deliberação pública em Habermas e Rawls**. Texto apresentado no GT Teoria Social do XXIV Encontro Anual da ANPOCS 2000.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. **Democracia e conselhos de controle de políticas públicas**: uma análise comparativa. Tese de doutorado em Ciência Política. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 14 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.